



ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 10h50 (dez horas e cinquenta minutos), no Plenário de Sessões dos Órgãos Colegiados da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, nº 130, bairro Cambé, em Fortaleza/CE, e por meio da plataforma digital Microsoft Teams, realizou-se a 6ª Sessão Extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará. A sessão foi presidida pelo Procurador de Justiça Decano José Maurício Carneiro, em razão de compromisso institucional do Procurador-Geral de Justiça, Herbet Gonçalves Santos, e usufruto de férias do Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, Antônio Iran Coelho Sório, e contou com quórum de 15 (quinze) membros, a seguir nominados: José Maurício Carneiro; Sheila Cavalcante Pitombeira; Maria Neves Feitosa Campos (Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará); Suzanne Pompeu Sampaio Saraiva; Luzanira Maria Formiga; Ednéa Teixeira Magalhães; Alcides Jorge Evangelista Ferreira; Leo Charles Henri Bossard II; Ângela Maria Góis do Amaral Albuquerque Leite; Pedro Casimiro Campos de Oliveira; Maria do Socorro Brito Guimarães; José Raimundo Pinheiro de Freitas; Francisco Nildo Façanha de Abreu; Emmanuel Roberto Girão de Castro Pinto; e Francimauro Gomes Ribeiro. Foram consignadas as ausências justificadas dos membros em gozo de férias: Maria Magnólia Barbosa da Silva; Águeda Maria Nogueira de Brito; e Antônio Iran Coelho Sório; bem como do Procurador de Justiça Luiz Eduardo dos Santos, em razão de consulta médica. A Associação Cearense do Ministério Público (ACMP) foi representada por sua Presidente, a Promotora de Justiça Ana Vlândia Gadelha Mota.

CONVOCAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA: A presente Sessão Extraordinária foi convocada pelo Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, Herbet Gonçalves Santos, nos termos do art. 21 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, para apreciação de matéria urgente e de relevante interesse institucional. **MATÉRIA PARA JULGAMENTO: 1) Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2026.00027748-2. Relator: Francisco Nildo Façanha de Abreu.** Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Ceará, do Fundo de Reparelhamento e

1

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Ata da 6ª Sessão Extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça - 23/09/2026



30 Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará (FRMMPCE) e do Fundo de Defesa dos
 31 Direitos Difusos do Estado do Ceará (FDID), para o exercício financeiro de 2027. Dispensada a
 32 leitura do relatório, inscreveram-se para os debates os Procuradores de Justiça Maria Neves Feitosa
 33 Campos; Luzanira Maria Formiga; Leo Charles Henri Bossard II; Ednéa Teixeira Magalhães; Maria
 34 do Socorro Brito Guimarães; Emmanuel Roberto Girão de Castro Pinto; Sheila Cavalcante
 35 Pitombeira; e José Maurício Carneiro, bem como a Presidente da Associação Cearense do Ministério
 36 Público (ACMP), Ana Vlândia Gadelha Mota. Foram prestados, ainda, os esclarecimentos pelo
 37 Subprocurador-Geral de Justiça de Administração, Francisco Diassis Alves Leitão, e pela Secretária
 38 de Finanças, Teresa Jacqueline Ciriaco. Durante os debates, foi sugerida a adoção do orçamento
 39 participativo como mecanismo de democratização da discussão orçamentária, de ampliação da
 40 participação dos membros e de promoção de maior compreensão acerca do planejamento e da
 41 execução orçamentária da Instituição, inclusive quanto à identificação e à visibilização de pautas
 42 institucionais relevantes. O Subprocurador-Geral de Justiça de Administração esclareceu que o
 43 referido modelo será implementado na elaboração da proposta orçamentária para o exercício
 44 subsequente, com a participação de representantes de todas as instâncias, e que as tratativas para sua
 45 construção terão início após a edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O Procurador de
 46 Justiça Leo Charles Henri Bossard II comunicou previamente à Presidência sua abstenção na
 47 votação da matéria. Em justificativa, consignou não considerar adequada a deliberação sobre a
 48 integralidade da proposta orçamentária em sessão extraordinária, por entender que o formato
 49 adotado e o tempo disponibilizado não permitem o conhecimento e a análise aprofundada
 50 necessários à apreciação da matéria, diante da complexidade e da relevância das obrigações
 51 financeiras da Instituição. Encerradas as discussões, o Relator procedeu à leitura do seu voto, nos
 52 termos do seguinte extrato: “*EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E*
 53 *ORÇAMENTÁRIO. PROCESSO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA*
 54 *DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE*
 55 *2027. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA. FUNDO DE REAPARELHAMENTO E*
 56 *MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS*
 57 *DO ESTADO DO CEARÁ. AUTONOMIA FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.*
 58 *INICIATIVA DO PROCURADOR- GERAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO*

2

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Ata da 6ª Sessão Extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça - 23/09/2026



59 ESPECIAL. ARTS. 127, §§ 2º E 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 135 E 136 DA
 60 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E 26, INCISOS III E V, E 31, INCISO II, ALÍNEA B, DA LEI
 61 COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 72/2008. COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL
 62 2024-2027, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2027, A LEI Nº 4.320/1964 E A LEI
 63 DE RESPONSABILIDADE FISCAL. DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PROJETADA EM 1,66%
 64 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DE ALERTA, PRUDENCIAL
 65 E MÁXIMO. LIMITE DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES. ÍNDICE
 66 DE 11,12%. FUNDOS ESPECIAIS. RECEITAS VINCULADAS ÀS FINALIDADES LEGAIS. ERRO
 67 MATERIAL NA DISTRIBUIÇÃO DAS DOTAÇÕES DO FDID. RETIFICAÇÃO EFETUADA PELA
 68 UNIDADE TÉCNICA. PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO PERMANENTE DE
 69 ORÇAMENTO E FINANÇAS E DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS JURÍDICOS E
 70 INSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE ÓBICES CONSTITUCIONAL, LEGAL OU ORÇAMENTÁRIO.
 71 VOTO PELA APROVAÇÃO INTEGRAL DA PROPOSTA RETIFICADA. ”. Na sequência, foi iniciada
 72 a votação por ordem de antiguidade. Encerrada a votação, a Presidência proclamou o resultado.
 73 **DECISÃO: O Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, por unanimidade de**
 74 **votos, aprovou a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Ceará, do Fundo**
 75 **de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará (FRMMPCE)**
 76 **e do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará (FDID), para o exercício**
 77 **financeiro de 2027, nos termos do voto do Relator Francisco Nildo Façanha de Abreu.**
 78 **Registrada 1 (uma) abstenção. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente
 79 declarou encerrada a 6ª Sessão Extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de
 80 Justiça, às 11h50min (onze horas e cinquenta minutos). Para constar, eu, Patni Mendonça
 81 Tupinambá, Gerente de Apoio do Colégio de Procuradores de Justiça, minutei a presente ata,
 82 revisada e lavrada pela Promotora de Justiça e Secretária dos Órgãos Colegiados, em exercício,
 83 **Maria Carolina de Paula Santos Steindorfer**, a qual, após lida e aprovada, será assinada e
 84 devidamente publicada.